



## **CURSO DE ATUALIZAÇÃO**

Gestão das Condições de Trabalho e Saúde dos  
Trabalhadores da Saúde

**A PROPOSTA DA IMPLANTAÇÃO DE UM SERVIÇO DE SAÚDE  
OCUPACIONAL NO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE E  
SANEAMENTO DE TAIOBEIRA - MG**

**Rui Ribeiro Chagas Filho**

**Taiobeiras  
Agosto, 2012**



## **1. PROBLEMA E JUSTIFICATIVA**

Foi com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943, que os trabalhadores brasileiros começaram a se beneficiar com novos direitos, inclusive o atendimento médico vinculado ao regime de trabalho formal (CARVALHO, 2001). No período histórico denominado Era Vargas, os servidores estatutários receberam garantias trabalhistas como a admissão por concurso público, estabilidade no emprego e definição dos vencimentos salariais (ALVES, 2010). Posteriormente, os trabalhadores celetistas foram contemplados com a promulgação da Portaria n. 3.214, de 8 de junho de 1978, que instituiu as Normas Regulamentadoras (NR's) como instrumentos normativos da Segurança do Trabalho (BRASIL, 1978).

Contrariamente, o Serviço Público tem encontrado dificuldade em resolver problemas relacionados à saúde de seus servidores, talvez em virtude da pouca experiência de atuação na área. Geralmente quando existe, o modelo assistencial se baseia na figura do médico perito desvinculado dos Recursos Humanos, focado na redução do absenteísmo, sem buscar as causas dos problemas. Como resultado, tem-se o estereótipo do Servidor Fraudador de licenças médicas gerando, assim, baixa autoestima e adoecimento (CARNEIRO, 2006).

O Poder Público encontra dificuldade em aceitar igualdades entre os servidores estatutários e os demais trabalhadores, pois o Estado sobrepõe o direito individual em benefício do atendimento à coletividade, submetendo-os a regras unilaterais contidas nos Estatutos Federais, Estaduais e Municipais (ALVES, 2010).

O modelo de cogestão público-privado veio para responder aos anseios de atendimento médico, prevenção de doenças e promoção da saúde do trabalhador dos Servidores Estatutários. Surge como uma alternativa para diminuir as disparidades de proteção aos riscos laborais dispensadas aos trabalhadores regidos pela CLT, normatizadas pelas 33 NR's, em comparação com os Servidores Públicos Municipais que não contam com legislações específicas para proteger suas atividades laborais (CARNEIRO, 2006). No nível Federal, a Portaria Normativa n. 14, de 15 de setembro de 2009, estabelece orientações para aplicação do Decreto n. 6.856, de 25 de maio de 2009, que

dispõe sobre os exames médicos periódicos dos servidores de órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC (BRASIL, 2009).

A proposta de aproximação da assistência à saúde do trabalhador, entre os trabalhadores públicos e privados, pode ser evidenciada pelo Protocolo nº 008/2011, nos artigos:

XXIII - considerar no âmbito do SUS, as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, como medidas de proteção à saúde e segurança no trabalho;

XXV - incentivar empregadores do SUS a construir linhas de cuidado na atenção à saúde dos seus trabalhadores, que considerem os exames admissionais, demissionais, periódicos, na mudança de função e retorno ao trabalho (BRASIL, 2011).

Especificamente, os trabalhadores de saúde do Serviço Público nem sempre recebem atenção adequada das políticas públicas e de Recursos Humanos; o resultado dessa ação é uma visão simplista na qual são encarados como instrumentos do Sistema de Saúde e não como trabalhadores que estão sujeitos às influências do ambiente e dos processos de trabalho (CONDIÇÕES..., 2007).

Foi consenso na Oficina de Ouro Preto que é fundamental manter uma força de trabalho saudável e livre de riscos laborais. Todavia, ficou claro que um desempenho adequado do Sistema de Saúde, especificamente na assistência qualificada ao usuário, está relacionado com a segurança ocupacional direcionada aos trabalhadores da saúde durante a realização de suas atividades (CONDIÇÕES..., 2007).

O processo de construção da Política Nacional de Saúde do Trabalhador para o Sistema Único de Saúde é resultado de esforços diários de técnicos e profissionais dos serviços de saúde e instituições de ensino (MINAS GERAIS, 2011).

Diante dos pressupostos apresentados, nota-se a necessidade de humanizar a assistência aos Servidores Públicos Estatutários que trabalham no setor de saúde do município de Taiobeiras, uma vez que a implantação de uma Política de Saúde nesse município reflete as intenções que uma organização dispensa aos seus funcionários. As instituições devem deixar claro suas ações para reduzir os acidentes de trabalho e as doenças ocupacionais, pois é do conhecimento internacional os benefícios de um Sistema de Gestão da Saúde

no Trabalho trazem para as organizações públicas e privadas (CANADIAN ..., 2006).

## **2. OBJETIVOS:**

- Propor adoção das Normas Regulamentadoras, especialmente a NR 32, no âmbito da Secretária Municipal de Saúde de Taiobeiras.
- Instituir controle de exames periódicos aos Trabalhadores da Secretária Municipal de Saúde Taiobeiras.
- Implantar um programa de prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.
- Implantar um Programa de gerenciamento dos índices de absenteísmo.

- Conhecer o perfil epidemiológico dos Servidores da Secretária Municipal de Saúde.

### 3. PLANO DE AÇÃO

Problema	Ação	Responsável	Prazo
Atualizar as Normas Regulamentadoras no âmbito da SMS.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apresentar projeto ao gestor.</li> </ul>	Gestão	06 meses
Elaborar programa de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apresentar o projeto ao gestor,</li> <li>▪ Elaborar um cronograma de treinamentos.</li> </ul>	Gestão Serviço de Saúde Ocupacional	01 mês
Elaborar o programa de gerenciamento dos índices de absenteísmo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apresentar o projeto ao gestor,</li> <li>▪ Iniciar cálculos dos índices de absenteísmo.</li> </ul>	Gestão Serviço de Saúde Ocupacional	01 mês
Atualizar dados do perfil epidemiológico dos servidores da SMS.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apresentar o projeto ao gestor,</li> <li>▪ Iniciar a coleta de dados.</li> </ul>	Serviço de Saúde Ocupacional	01 mês
Implementar controle de exames admissionais, periódicos e demissionais, na mudança de função e no retorno ao trabalho dos servidores da SMS.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apresentar o projeto ao gestor.</li> </ul>	Gestão	06 meses

### 5. CRONOGRAMA

2013	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
<b>Ações</b>												
Calculo de índice de absenteísmo	x	x	x	x	x	X	x	x	x	x	x	x
Relatório trimestral causas absenteísmo.			x			X			x			x
Levantamento da demanda de exames admissionais, periódicos, demissionais, na mudança de função e retorno ao trabalho.						X	x	x	x	x	x	x
Capacitação anual de prevenção de acidentes de trabalho.							x					
Tabular dados do perfil epidemiológico dos Servidores da SMS	x	x	x	x	x	X	x	x	x	x	x	x
Estruturação de arquivos contendo pastas individuais e ficha clinica de atendimento.							x	x	x	x	x	x
2014	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
<b>Ações</b>												
Calculo de índice de absenteísmo	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Relatório trimestral causas absenteísmo.			x			x			x			x

Instituição exames admissionais, periódicos, demissionais, na mudança de função e retorno ao trabalho.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Instituição de capacitação prevenção de acidentes para Servidores novos no serviço.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Capacitação anual prevenção acidente com material biológico.							x					

## 6. INVESTIMENTO

<b>Especificação de Recursos Humanos</b>		
<b>Médico*</b>		
<b>Enfermeiro do Trabalho**</b>		
<b>Técnico de Segurança do Trabalho***</b>		
* Conforme NR 32 não há obrigatoriedade de médico do trabalho na assistência ao trabalhador.		
**Utilizar profissional da rede.		
*** Remuneração conforme definição municipal.		
<b>INVESTIMENTO</b>		
<b>Especificação</b>	<b>Valor unitário</b>	<b>Valor total</b>
Papel A4 (5pcts com 500 folhas)	R\$5,00	R\$ 25,00
Pasta suspensa Kraft sem brilho(321uni)	R\$ 0,99	R\$ 317,79
Arquivo de aço 4 gavetas	R\$ 319,00	R\$ 319,00
Caneta azul (1 caixa)	R\$30,00	R\$30,00
Lápis (1 caixa)	R\$31,70	R\$31,70
Grampeador(2 uni)	R\$14,45	R\$28,90
Computador (1 uni)	R\$890,00	R\$890,00
Impressora (1 uni)	R\$280,00	R\$280,00
		<b>Total:R\$ 1921,69</b>
<b>Exames comuns a todos os 321 Servidores Municipais</b>		
<b>Especificação Exames</b>	<b>Valor unitário</b>	<b>Valor total</b>
Hemograma Completo	R\$ 4,90	R\$1.572,90
Colesterol total	R\$ 2,22	R\$712,62
Colesterol LDL	R\$ 2,20	R\$ 706,20
Colesterol HDL	R\$ 2,85	R\$ 914,85
Triglicerídeos	R\$ 2,85	R\$ 914,85
Glicose	R\$ 2,22	R\$ 712,62
Ureia	R\$ 2,65	R\$ 850,65
Creatinina	R\$2,00	R\$642,00
EAS	R\$ 2,40	R\$ 770,40
EPF	R\$2,00	R\$642,00
		<b>Total: R\$8.439,09</b>
<b>Exame de 35 Servidores maiores de 45 anos</b>		
Teste Ergométrico	R\$ 100,00	R\$ 3.500,00
Exame Oftalmológico	R\$ 120,00	R\$ 4.200,00
Dosagem de Acido Úrico	R\$ 2,20	R\$ 77,00
Dosagem de TSH Ultra-sensível	R\$ 9,00	R\$ 315
Pesquisa de Sangue Oculto nas fezes	R\$ 16,96	R\$ 593,60
		<b>Total: R\$8.685,60</b>
<b>Masculinos 13</b>		
PSA	R\$ 19,00	R\$247,00

<b>Feminino 22</b>		
Mamografia	R\$ 90,00	R\$1980,00
<b>Exames complementares específicos para os Servidores da saúde (Calculo aproximados 10% dos Servidores Públicos)</b>		
TGO	R\$ 2,40	R\$76,80
TGP	R\$ 2,40	R\$76,80
GAMA GT	R\$ 4,00	R\$128,00
Anti HBC / IGG	R\$ 30,00	R\$960,00
Anti HBS	R\$ 24,00	R\$768,00
Anti HCV	R\$ 46,40	R\$1484,80
		<b>Total: R\$3.494,40</b>
<b>Valor Total: R\$22.540,78</b>		

## **6. AVALIAÇÃO**

Os levantamentos dos índices de absenteísmo serão analisando pelos Índices de Frequência, Índice de Gravidade, Índice de Tempo Perdido, Percentagem de Tempo Perdido até 15 dias de afastamento, Percentagem de Tempo Perdido Total, Taxa de Frequência por funcionário.

O controle dos atestados médicos será realizado mensalmente com objetivo de verificar as condições de saúde dos funcionários e identificação agente causador do afastamento.

Implantar o pré-teste e pós-teste com objetivo de identificar o nível de compreensão dos servidores após a as capacitações realizadas.

Levantamento estatístico confrontando o índice de acidentes de trabalho notificados no decorrer do ano.

Acompanhar índice de servidores estratificados em Diabetes Mellitus, Hipertensão Arterial, Dislipidemia, fumantes, resultado positivo PSA, Alterações exame de mama e Papanicolau.

## **7. REFERÊNCIAS**

ALVES, Claudia Mendonça. A relação de trabalho do servidor público estatutário. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 13 maios 2010. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.26804>>. Acesso em: 28 jul. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde). Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do



Brasil, Brasília, 1990. Disponível em:

<<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1990/8080.htm>>.

BRASIL. Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>.

BRASIL. Secretária de Recursos Humanos. Portaria Normativa Nº 4, DE 15 de setembro de 2009. Dispõe sobre os exames médicos periódicos dos servidores dos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC. Disponível em:

[www.servidor.gov.br/seg\\_social/arq\\_down/090915\\_port\\_normat\\_4.pdf](http://www.servidor.gov.br/seg_social/arq_down/090915_port_normat_4.pdf)

BRASIL. Ministério do Trabalho. Portaria n. 3.214, de 8 de junho de 1978. Aprova as Normas Regulamentadoras. Brasília, 1978. Disponível em: <[www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/63/mte/1978/3214.htm](http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/63/mte/1978/3214.htm)>

CANADIAN CENTRE FOR OCCUPATIONAL HEALTH Y SAFETE. Guide to writing an OHS Policy. Tradução Airton Marinho da Silva. Disponível em [http://www.ccsso.ca/oshanswers/hsprograms/osh\\_policy.html](http://www.ccsso.ca/oshanswers/hsprograms/osh_policy.html) Acesso em 05/02/2012.

CARNEIRO, S.A.M. Saúde do trabalhador público: questão para a gestão de pessoas – a experiência na Prefeitura de São Paulo. Revista do Serviço Público, Brasília 57 (1): 23-49 Jan/Mar 2006.

CARVALHO, G. C. Enfermagem do Trabalho. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 2001.

MINAS GERAIS. Secretária de Estado da Saúde de Minas Gerais. Construindo ações de saúde do trabalhador no âmbito das Superintendências e Gerências Regionais de Saúde. Belo Horizonte, 2011.

MORAIS, M. G. Doenças ocupacionais. São Paulo: Iátria, 2010.

NESCON. Condições de trabalho e saúde dos trabalhadores da saúde. Belo Horizonte, 2007.